



AS CRÍTICAS DE LIMA BARRETO AO ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR (1905-1922)

Fábio Lucas da Cruz¹

Resumo: O trabalho destaca a importância de Lima Barreto como intelectual negro brasileiro e analisa as críticas do autor ao Ensino Secundário e ao Superior durante a Primeira República (1889-1930). São analisadas crônicas do autor publicadas entre 1905 e 1922. Os resultados do estudo destacam as críticas de Lima Barreto ao elitismo no Ensino Superior, a exclusão de mulheres e da população pobre da instrução pública e a desconexão de currículos e projetos políticos de educação com as reais necessidades que tinha o Brasil para alfabetizar a população e acelerar o progresso científico e econômico.

Palavras-chave: Literatura; História; República; Educação; Crônicas.

INTRODUÇÃO

O funcionário público e escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) analisou os processos de urbanização do Rio de Janeiro e as políticas da Primeira República ancoradas nas oligarquias, no clientelismo e na exclusão social no Brasil. Conhecido por romances como "O Escrivão Isaías Caminha" (1909), "Clara dos anjos" (1948) e "Triste Fim de Policarpo Quaresma" (1915), Lima Barreto explorou com ironia as políticas do governo republicano que favoreceriam a aristocracia enquanto a população pobre vivia em condições precárias, deslocada para as periferias, sem acesso adequado a trabalho ou escolarização.

A educação foi um dos tópicos centrais em suas obras, especialmente em crônicas publicadas em jornais e revistas entre 1905 e 1922. Neste sentido, este trabalho analisa estas crônicas para entender como o escritor avaliava a educação pública no Brasil, em especial o Ensino Secundário e o Superior que eram responsabilidades do governo federal.

As crônicas foram reunidas nos livros "Bagatelas" (1923), "Marginália" (1953), "Feiras e Mafuás" (1953) e "Vida Urbana" (1956). Foram publicadas em revistas e jornais como "A Notícia", "Careta", "A.B.C." e "O País". São caracterizadas por uma linguagem irônica e sarcástica sobre o cotidiano carioca. Lima Barreto condenava a burocracia do serviço público, a falta de preocupação das políticas públicas e, como escritor negro, revelou a discriminação racial da qual também era vítima (Cruz, 2024).

¹ Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Instituto Federal do Paraná – Campus Campo Largo. Orcid: 0000-0003-4463-0277. E-mail: fabio.cruz@ifpr.edu.br



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

A obra de Lima Barreto permite refletir sobre a história da educação brasileira e o processo de configuração de desigualdades para permanência e acesso em instituições de ensino. Lima Barreto denunciou o racismo, a educação que privilegiava as elites e o academicismo. Também mostrou a ausência de formação profissional para integração dos mais pobres no mundo do trabalho.

A produção literária de Lima Barreto evidencia seu lugar como intelectual negro na história do Brasil. Suas críticas oferecem perspectivas relevantes sobre o país, considerando a marginalização da população negra em aspectos políticos, econômicos e culturais. Nas crônicas, aborda-se o acesso à escola como limitado, com referência à própria experiência do autor, que estudou apenas com apoio financeiro do Visconde de Ouro Preto, já que seus pais eram muito pobres.

Lima Barreto estudou no Liceu Popular Niteroiense e no Colégio Paula Freitas. Após os exames de admissão, Lima Barreto frequentou o Colégio Politécnico, porém não se formou em Engenharia Civil devido a reprovações em disciplinas (Sevsenko, 2003, p. 141). Desta forma, criticou em suas crônicas como saberes ultrapassados eram cobrados de forma rigorosa pelas escolas a ponto de desestimular os alunos.

Com relação à convivência com os estudantes no Colégio Politécnico, “Lima se queixaria do menosprezo que sentiu da parte desses alunos, os quais, vindos de diversos estados do Brasil, muitas vezes pertenciam à extinta nobreza do Império e faziam pouco da descendência africana do colega” (Schwarcz, 2017, p.222). O escritor também enfrentou barreiras no campo literário, relacionadas tanto ao preconceito racial quanto à posição fora dos círculos elitistas, tendo sua obra recebida com maior reconhecimento apenas após sua morte, principalmente nas décadas de 1940 e 1950.

Assim, suas críticas estendiam-se também ao academicismo exacerbado dos escritores e aos círculos literários que excluíam escritores por sua origem social ou por sua posição política. As críticas a estes academicismos por Lima Barreto foram descritas por Beatriz Resende (2009):

A primeira recusa de qualquer compromisso com a elite intelectual se fez em Lima Barreto pela denúncia da escrita academicista, velha, “coelhonetista”, antecipando a instauração do novo que vai se dar na escrita modernista. A



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

opção de nosso autor é por uma retórica despojada do ornamental, uma retórica de bagatelas, representante das feiras e mafuás: “Não posso compreender que a literatura consista no culto ao dicionário”. O academicismo recusado significa uma aproximação do elemento popular ao autenticamente nacional, na construção de uma literatura que reflete um “ideal” num autor que tenta “executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei através de tantas angústias”, como declara em “Amplius”, prefácio do citado Histórias e sonhos (Resende, 2009, p.7)

O trabalho discute a me escolarização no Brasil republicano e sua problematização por Lima Barreto, especialmente sob a perspectiva do dualismo escolar, aqui entendido como oferta diferenciada de conteúdos, estrutura escolar e oportunidades educacionais entre a população pobre e a elite. Em seguida, concentra-se em analisar crônicas que exploram os problemas do Ensino Superior a partir das críticas de Lima Barreto à influência do título de autor no Brasil utilizado pela aristocracia. Por fim, aborda as críticas de Lima Barreto ao Ensino Secundário e às dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Ensino Normal.

METODOLOGIA

Para análise da literatura de Lima Barreto, adota-se neste trabalho como metodologia de comparação dos textos a valorização da identificação prévia do contexto sociocultural de produção e os objetivos do escritor. Segundo Sandra Pesavento (2006, p.22-23) “o texto literário revela e insinua as verdades da representação ou tio simbólico através de fatos criados pela ficção. Mais do que isso, o texto literário é expressão ou sintoma de formas de pensar e agir”. No caso dos textos de Lima Barreto, refletem o contexto histórico da formação da República, período marcado por movimentos populares contrários à “Política do Café com Leite”, à economia agroexportadora dependente e ao Coronelismo, ou seja, uma postura crítica à corrupção e à exclusão social, como também aos modelos culturais sociais inspirados na Europa e à desconsideração das questões locais do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Foram estudadas crônicas disponíveis *on-line* em domínio público e em coletâneas da obra de Lima Barreto. Os textos das crônicas foram contrapostos a pesquisa bibliográfica sobre história da educação no Brasil republicano. As crônicas foram divididas em unidades temáticas, sintetizadas e comparadas para a produção do texto analítico. Os três temas escolhidos referem-se à educação como um todo na época de Lima Barreto, o Ensino Secundário e o Ensino



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Superior. As seções do artigo seguem tais temas. Também foram consultadas notícias e índices educacionais recentes para entender a permanência da validade das críticas de Lima Barreto à educação.

O DUALISMO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

De acordo com Souza (1999), apenas 35% dos brasileiros eram alfabetizados em 1920, o que correspondia a aproximadamente 6.155.567 pessoas. Érico Veríssimo escreveu que “o número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é, sabiam ler apenas 14 ou 15 em 100 brasileiros” (Apud Sevcenko, 2003, p. 110). Embora desde a lei educacional de 1827 houvesse determinação para o ensino primário gratuito, não havia esforços para construção de escolas, as existentes concentravam-se em áreas urbanas e atendiam às elites.

Durante a Primeira República (1889-1930), prevaleceu a seguinte organização escolar: Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Superior. O Ensino Primário objetivava a alfabetização, abordagem elementar de cálculo e geometria e educação moral cívica. O Ensino secundário preparava os estudantes para o ensino superior e a instituição que se tornou modelo nesta etapa de ensino foi o Colégio Dom Pedro II. O Ensino Normal formava principalmente professoras para atuarem no Ensino Primário e o Ensino Superior era incipiente, caracterizado principalmente por cursos como Engenharias e Direito.

Desde 1834, as províncias ficaram com a responsabilidade do ensino primário e secundário, enquanto o ensino superior ficou sobre responsabilidade do governo federal. No período republicano, com a Constituição de 1891, sem uma política educacional rígida, estados poucos agiam para fortalecer o Ensino Primário e passaram a controlar o ensino secundário. O governo federal manteve-se preocupado com o Ensino Superior, em aulas preparatórios para esta modalidade, embora a maioria da nação fosse analfabeta (Aranha, 2002).

Segundo Aranha (2002), prevalecia o dualismo escolar: os pobres tinham acesso apenas ao ensino elementar, enquanto as elites seguiam para o secundário, com foco na formação propedêutica. As reformas educacionais republicanas seguiam princípios liberais e positivistas, e reforçaram o dualismo escolar, como a reforma de Benjamin Constant (1890), que inseriu disciplinas científicas e exames de ingresso no ensino superior, e Rivadávia Corrêa (1911), que



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

reduziu o papel do Estado na educação, flexibilizou currículos, porém sem organizar financeiramente os investimentos, com desigualdade entre os estados da federação.

No crônico “Estupendo melhoramento”, por exemplo, Lima Barreto criticou o prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio: “de um dia para outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente frequentam as escolas públicas soubessem pronunciar francês” (Barreto, 2004, p. 435). Defendia, assim, que o currículo se adequasse às necessidades do país e do seu povo.

Embora a educação fosse considerada Constituição de 1890, as crônicas de Lima Barreto demonstram que a maior parte da população não tinha acesso assim ao Ensino Secundário, que era essencialmente propedêutico, e ao Superior, frequentado pelas elites. Desta forma, a educação contribuía para o poder das aristocracias e a manutenção da disparidade social em um país de maioria analfabeta.

AS CRÍTICAS DE LIMA BARRETO À “DOUTOROMANIA” E AO ENSINO SUPERIOR

Lima Barreto criou a expressão “doutoromania” para nomear o costume da aristocracia de ter diplomas como *status* e para cargos bem remunerados, principalmente no setor público (Barreto, 1923, p.298). Para o autor, os “doutores” seriam hipócritas, consideravam-se superiores mesmo com pouco estudo. Afirmou que “só os sábios, os estudiosos, doutores ou não, é que merecem as atenções que vão em geral para os cretinos cheios de anéis e empáfia” (Barreto, 1923, p. 6).

Todas as variedades do “doutor” acreditam que os seus privilégios, honras, garantias e isenções ... se originam do saber, da ciência de que são portadores; entretanto, entre cem, só dez ou vinte sabem razoavelmente alguma coisa. São quase sempre, além de mediocres intelectualmente, ignorantes como um bororó de tudo o que fingiram estudar. A maioria dos candidatos ao “doutorado” é de meninos ricos ou parecidos, sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual. O que eles vêem no curso não é o estudo sério das matérias, não sentem a atração misteriosa do saber, não se comprazem com a explicação que a ciência oferece da natureza; o que eles vêem é o título que lhes dá namorada, consideração social, direito a altas posições e os diferencia do filho de “Seu” Costa, contínuo de escritório do poderoso papai (Barreto, 1923, p. 6).



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Como um crítico ligado à modernidade e aos interesses da população mais pobre, Lima Barreto atacou sem meandros todos os projetos políticos e personalidades públicas que tinham viés elitista, voltado às oligarquias e, para ele, contrário ao interesse público. Segundo o escritor, a elite política ganhava força com a corrupção: “os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apoia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem seja o paraíso terrestre” (Barreto, 1956, p. 49). Barreto considerava que os doutores conseguiam altos salários e prestígio em cargos públicos não por merecimento, mas por manterem relações de amizade e por nepotismo.

Ninguém quer ser professor como os são da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não; o professor brasileiro quer ser um homem de luxo e representação, para isso, isto é, para ter os meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos brasseur d'affaires [homens de negócios] bem ou mal intencionados [...]

A universidade, coisa sobremodo obsoleta, não vem curar o mal do nosso ensino que viu passar todo um século de grandes descobertas e especulações mentais de toda sorte, sem trazer, por qualquer dos que o versavam, um quinhão por mínimo que fosse.

O caminho é outro; é a emulação (BARRETO, 2004, p.152).

O Ensino Superior funcionava na visão do escritor como uma base para o sistema oligárquico. Na crônica “A Universidade”, publicada em 13 de março de 1920 no periódico *A.B.C*, Lima Barreto afirmou:

Os estudos propriamente de medicina, de engenharia, de advocacia etc., deviam ficar separados completamente das doutrinas gerais, ciências constituídas ou não, indispensáveis para a educação espiritual de quem quer ter uma opinião e exprimi-la sobre o mundo e sobre o homem.

A esse ensino, o Estado devia subvencionar direta ou indiretamente; mas o outro, o técnico, o de profissão especial, cada um fizesse por si, exigindo o Estado para os seus funcionários técnicos que eles tivessem um estágio de aprendizagem nas suas oficinas, estradas, hospitais etc.

Defendeu o mesmo na crônica “Instrução Pública”, de 11 de março de 1915. Afirmava que a universidade ficou obsoleta durante as transformações econômicas e tecnológicas e que era necessário investir em profissões adequadas às novas necessidades de trabalho da população



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

e da industrialização incipiente. De fato, o início dos anos 20 marcariam a industrialização do país, conforme indica Demerval Saviani:

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, que acelera o processo de industrialização e urbanização, as pressões sociais em torno da questão da instrução pública intensificaram-se, difundindo-se o entendimento do analfabetismo como uma doença, uma vergonha nacional, que devia ser erradicada. Nesse contexto formularam-se, ao longo da década de 1920, reformas do ensino em diversos estados da Federação tendo em vista a expansão da oferta pública, ao mesmo tempo em que a influência das ideias renovadas provocou o surgimento de movimentos organizados que levantaram também questões relativas à qualidade da educação. Mas o Poder Nacional permaneceu, ainda, à margem dessas discussões (Saviani, 2023).

Enquanto criticava o Ensino superior, defendia o ensino secundário propondo construção de liceus nos bairros e o fim da seriação no ensino superior, para que o estudante escolhesse as matérias para sua futura profissão, enquanto o “governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios, etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico”.

A instrução superior não devia ter seriação alguma.

O governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico.

O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão.

Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma, que, prender uma cabeça em um curso, é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender.

No mais, a mais livre concorrência... (Barreto, 2004, p. 179).

Também na crônica “Instrução Pública”, Lima Barreto afirmou: “O doutor, se é ignorante, o é; mas, sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco”. As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores [...]” (2004, p. 179). Além de denunciar o racismo, o cronista mostra que o título de doutor permitia ascensão social e muitos negros comportavam-se como a elite para se inserirem socialmente. Também denuncia a sociedade patriarcal em que casamentos eram arranjados e a importância do diploma para melhorar a imagem dos pretendentes. Assim, “a educação não era um mecanismo de transformação social, pelo contrário, mantinha o *status quo*” (Cruz, 2024).



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

A partir das experiências de sua trajetória no Ensino Superior, escreveu reiteradas vezes sobre a Escola Politécnica. Vejamos um trecho da crônica “Clube das Engenharías”, publicada no periódico Brás Cubas em 11 de julho de 1918:

O primeiro cuidado que têm os hábeis, é se fazerem antes da Escola Politécnica, disto ou daquilo. Há lá lugares para todos os gostos e a questão é escolher. Depois de lentes, com o prestígio que lhes dá a posição oficial, se mancomunam com a judiaria internacional e ei-los cheios de brilho, de dinheiro e de valor. Um professor de Química Industrial, é logo feito diretor de banco e erra bravamente na comparação e frações ordinárias, quando se trata de saber se o câmbio deve ficar mais baixo ou mais alto. Posso citar o nome... Um outro de Zootecnia é feito presidente da companhia de obras de um porto de Mar de Espanha, e logo que vê um escafandro, assusta-se. Mas eles todos, graças à Cabala crematística do clube, vão adquirindo fortuna, posições, sem que entendam nada daquilo que dirigem ou fingem presidir. O clube, como todos os clubes, foi feito para isto; e não há idiota que se forme em engenharia e disponha de algum dinheiro que não entre para ele imediatamente. A nossa época não é das grandes e fortes iniciativas individuais; a nossa época é das associações, dos clubes, dos títulos, das subscrições entre mediócras para se valorizarem. Ninguém quer se fazer por si, ninguém quer se bater em pessoa; todos querem um... Clube de Engenharia (Barreto, 1918 Apud Faria e Pinto, 2012, p.47).

Neste excerto, observamos a acusação de que os professores universitários ("lentes") são profissionais que advém das classes abastada, influenciam a política nacional e unem-se a outros integrantes de famílias ricas ou tradicionais para manterem seus privilégios. O ambiente universitário não seria marcado por competência profissional ou mérito escolar e sim pelos laços sociais da elite que o frequentava e usava o Estado para seu próprio benefício.

AS CRÍTICAS AO ENSINO SECUNDÁRIO E O ENSINO NORMAL

Lima Barreto defendia que o Ensino Secundário era elitista pois a maioria da população não tinha oportunidade de se formar nas etapas elementares da educação e, caso conseguisse, o caráter propedêutico, o intelectualismo exacerbado e a facilitação que havia para os filhos de famílias ricas passarem em exames barravam o acesso ou a conclusão dos estudos pelos mais pobres, mesmo que estes tivessem se esforçado nas atividades escolares.

O autor também acreditava que os colégios militares atendiam poucos estudantes, mas custavam muito caro para os cofres públicos e travavam o investimento na expansão do Ensino Secundário. Afirmou que “o dinheiro gasto com eles dava mais três ou quatro colégios de



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

instrução secundária” (Barreto, 1953, p.93). Lima Barreto defendia que o governo do Rio de Janeiro criasse mais escolas por todo o estado para amplo acesso, sem desigualdade de gênero ou de classe social.

Lima Barreto lembrou com carinho de uma de suas professoras na crônica “Tenho esperança que...”, de 03 de maio de 1918:

Eu me lembro também da minha primeira década de vida, de meu primeiro colégio público municipal, na Rua do Resende, das suas duas salas de aula, daquelas grandes e pesadas carteiras do tempo e, sobretudo, da minha professora – Dona Teresa Pimentel do Amaral – de quem, talvez se a desgraça, um dia, enfraquecer-me a memória, não me esqueça de todo.
De todos os professores que eu tive, houve cinco que me impressionaram muito; mas é dela que guardo mais forte impressão. (Barreto, 2004, p. 355)

Uma visão afetuosa sobre a figura feminina na docência aparece em outras crônicas nas quais defende os direitos das professoras e denuncia suas dificuldades para formação. Na crônica, cobrava do Estado criar mais vagas escolares para garantir o direito das mulheres de estudarem:

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos (Barreto, 2004, p.355).

As mulheres puderam lecionar no Ensino Primário somente a partir de 1901. “Aprendiam a utilizar o método intuitivo, a ensinar condutas de higiene e moralidade atreladas ao projeto de modernização, combate a doenças e construção da cidadania republicana” (Cruz, 2024). Eram a maioria das docentes que trabalhavam com as crianças e recebiam baixa remuneração.

Sobre a violência contra a mulher, expressou indignação contra o assassinato de mulheres pelos maridos em crônicas como “Não as matem”, publicada pelo “Correio da Noite” em 27 de janeiro de 1915, julgando inaceitável o crime de honra que justificava pela lei o assassinato diante da acusação de adultério pela esposa.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

No entanto, a defesa da educação feminina foi uma exceção diante de muitas críticas que o autor fez às mulheres, afirmando que se preocupavam mais com roupas e casamentos: “A ciência, o saber, a arte, são adornos e enfeites para as suas pessoas naturalmente necessitadas de casamento” (Barreto, 2004, p.176). Também se posicionou contra o movimento feminista e sugeriu que as mulheres só assumissem alguns cargos públicos, como em empresa de telégrafos, nos correios e no magistério (Engel, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As críticas de Lima Barreto ao sistema educacional são embasadas no elitismo da educação secundária e superior, na falta de escolas, na exclusão da população pobre e na valorização do título de 'doutor' para manter privilégios da aristocracia. Também criticou a falta de políticas ineficazes do governo federal para ampliar o acesso e fazer o currículo escolar ser mais significativo ao se conectar com as necessidades de desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil no início do século XX.

Embora denunciasse a violência contra a mulher e defendesse o direito das professoras a mais oportunidades de ingresso na Escola Normal, não aceitava as mudanças propostas pelo movimento feminista da época, e reproduzia um discurso patriarcal que não via a mulher em todas as profissões.

Lima Barreto foi um intelectual defensor da educação como essência para a transformação de um país racista, que recentemente abolira a escravidão em 1888, mas não garantirá os direitos essenciais para a população negra. Tinha uma posição liberal, contra o modelo positivista republicano que usava a educação para poucos da elite, para manter os diplomas entre filhos da aristocracia, que assumiam os principais cargos públicos. Também se opunha à visão ufanista da pátria disseminada pela educação, que apagava os males do Brasil que precisavam ser encarados para criar projetos de efetiva transformação sociais.

Como intelectual negro, o autor teve dificuldades de conseguir destaque no cenário literário e no ensino superior. As suas dificuldades de escolarização, exemplificadas por não conseguir se formar na Escola Politécnica influenciaram suas análises sobre professores que não se dedicavam ao ensino, cujas avaliações sem critério serviam para excluir os estudantes e impedir a continuidade dos estudos, mantendo o ambiente segregador. O currículo do ensino



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

superior era mais adequado a um ensino técnico ultrapassado, portanto, que estava aquém do centro de produção de conhecimento e de formação profissional que a academia deveria ser. Também não concordava com a mera copia dos modelos de ensino e currículos europeus.

As crônicas de Lima Barreto permanecem atuais quando se observa as dificuldades de acesso e permanência na escola de grande parte da população negra e pobre. Segundo o Censo da Educação Superior de 2023, 20,4% dos jovens entre 18 e 24 anos não frequentam o ensino superior (Cordeiro, 2024). Quanto ao Ensino Médio, 8,7 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos não completaram o ensino médio em 2024 (IBGE, 2025).

O Ensino Superior, a despeito das políticas afirmativas como as cotas raciais, ainda não possibilita o êxito da maioria dos estudantes advindos de escolas públicas, negros, mulheres e indígenas, permanecendo excludente na maioria de seus cursos. No ensino médio, assim como no ensino secundário da Primeira República, permanece a evasão, o caráter propedêutico, conteúdos e metodologias inadequados para as transformações do presente.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BARRETO, Lima. **Obra reunida**. 2 ed. V. I, II e III. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018.

BARRETO, Lima. **Bagatelas**. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923.

BARRETO, Lima. **Lima Barreto completo**: volume 3 – crônicas [S.l.]: eBooks Kindle, 2024.

BARRETO, Lima. **Marginália**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. **Toda crônica**. Organização de Rachel Valença, v. I e II. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

CORDEIRO, Mirella. Um a cada cinco jovens de 18 a 24 anos não concluiu o ensino médio, diz Censo. **CNN Brasil**, São Paulo, 3 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/um-a-cada-cinco-jovens-de-18-a-24-anos-nao-concluiu-o-ensino-medio-diz-censo>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CRUZ, Fábio Lucas da. A instrução pública nas crônicas de Lima Barreto: restrições de acesso às escolas e desigualdade social durante a Primeira República. In: ASSIS, Lúcia (org.). **Lima Barreto na escola**. São Paulo: Blucher, 2024. p. 86–101.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

CUTI, **Lima Barreto**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. Edição digital.

ENGEL, Magali Gouvêa. Gênero e política em Lima Barreto. **Cadernos Pagu**, n. 32, p. 365388, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tb7y6cgd7dMMMMGDGPQg7gB/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 mar. 2025.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Org.). **Antologia Lima Barreto**: artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 2 ago. 2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Toniaz (org.). **História & Literatura**: Identidades e Fronteiras. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. p. 15–34.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Edição digital.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação**: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto**: Triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Edição digital.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Luiz (CUTI). **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. **O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico**. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1995.pdf. Acesso em: 5. fev. 2025.